

I SIMPÓSIO INTERNACIONAL RELAÇÕES LITERÁRIAS
INTERAMERICANAS SOBRE TERRITÓRIO E CULTURA
UFF – 8 e 9 NOV. 2007

Colocando em xeque o conceito de literatura nacional

ZILÁ BERND

PPG-LETRAS/UFRGS, CNPQ E MEMBRO GT ANPOLL RELAÇÕES
LITERÁRIAS INTER-AMERICANAS

Intróito

Face à extrema mobilidade territorial e cultural na contemporaneidade, aos deslocamentos e migrações que se realizam de um território ao outro, mas também no interior de um mesmo país ou de uma mesma cultura, como nos lembra Pierre Ouellet em *L'esprit migrateur* (2006), classificar as literaturas pela pertença a uma única nação tornou-se não apenas complicado, como cada vez mais irrelevante. A presente reflexão visa, a partir de um corpus de literaturas americanas (Brasil, Quebec, Antilhas), discutir o desgaste do conceito de “literatura nacional” e aprofundar a questão dos diferentes tipos de mobilidade cultural e a necessidade de flexibilizar terminologias como as de identidade e literatura nacionais que responderam, nos séculos XIX e XX a uma necessidade de definir pertencimentos, mas que se revelam insuficientes na virada do século XXI.

1. Identidade nacional: Como salienta Gumbrecht (1999), as construções identitárias nacionais surgem em momentos difíceis das

nações, após derrotas em guerras, quando é necessário unir a comunidade em torno de projetos comuns. No caso do Brasil, o projeto alencariano de dotar a jovem nação brasileira, que acabava de se tornar independente, de um projeto nacional passa pela literatura e pela missão quase impossível de construir uma identidade nacional excluindo de tal projeto de cidadania mais de 60% da população constituída por escravos que não eram considerados cidadãos. Apenas homens livres entravam nesta categoria. Jobim, em artigo sobre “Identidade nacional e outras identidades” (2006), nos lembra que houve no Brasil recém independente “receptividade às idéias de identidade nacional como algo derivado de um certo espírito do povo, já que a noção de identidade nacional como cidadania igualitária [...] entrava em choque com a realidade da escravidão” (p. 195). Assim os literatos, entre os quais se destacou José de Alencar, que pertenciam às oligarquias, assumiram o papel de criar *uma comunidade política imaginada* (Anderson, 1989), “criando representações, mitos, imagens que permearam a cultura pública, contribuindo para constituir uma comunidade imaginada, implicitamente limitada e soberana” (Jobim, p. 195).

Alencar busca, em um projeto literário abrangente, construir a literatura nacional “que outra coisa não é senão a alma da pátria” (*Sonhos d’Ouro*, 1872).

Da mesma forma, para os escritores angolanos, após a independência de Portugal nos anos 60, o mais importante era estabelecer sólidos vínculos entre literatura e identidade nacional, estratégia para projetar internacionalmente, ao mesmo tempo, nação e produção literária. Se trouxermos a esse debate o exemplo do Quebec, que vive sua crise de identidade à época da Revolução Tranqüila, em 1960, poderemos ver o empenho em legitimar uma escritura como expressão de uma nação que sonhava, à época, com a autonomia ou ao menos com um estatuto distinto do das demais províncias canadenses. A definição do que é literatura

quebequense - que só se enuncia como tal a partir desta data (antes disto era literatura canadense-francesa) - é bastante restrita e remete a um conceito homogêneo e quase essencialista da identidade: só era considerado literatura quebequense aquela elaborada por autores nascidos no Quebec, com temas que rememorassem um imaginário comum, circunscritos, quase sempre a um só espaço: a província do Quebec.

A essa fase sacralizante, sobrevém um tempo onde essas certezas identitárias serão postas em xeque, surgindo o impasse de construir identidades tendo como único parâmetro a pertença a um território e a uma língua. Migrações, exílios, diásporas, mestiçagens levam ao questionamento sistemático da pertença única, abrindo uma fenda no debate identitário que precisa ser libertado de seu pacto exclusivo com a língua e com a nação. Infindáveis seriam os exemplos em que o até então confortável sintagma, que associava literatura a uma determinada nação (Literatura francesa, inglesa, cubana, brasileira, etc), entra em rota de colisão com outras pertenças identitárias tais como a língua, a cultura, a ancestralidade cultural (muitas vezes eletiva).

A chegada massiva de imigrantes ao Quebec dá origem a uma interrogação: como classificar autores que, oriundos da Itália, do Haiti, da China, de diferentes países africanos e até do Brasil, produzem uma literatura que é, antes de mais nada, híbrida, tecida de memórias *venues d'ailleurs*, mescladas ao quotidiano do Quebec? Como classificar escritores, como Nancy Huston e Yann Martel que, nascidos fora do Quebec, escrevem em inglês, mas traduzem eles próprios seus livros para o francês?

A França resolve de modo um tanto bizarro essa questão: autores imigrantes oriundos do norte (Europa), escrevendo em francês, como Andrei Makine, por exemplo, vindo da Rússia, são incorporados ao sistema literário francês e vendidos sob a etiqueta de “literatura francesa”, enquanto

autores do sul, como os magrebinos e africanos das ex-colônias francesas, são considerados “francófonos”.... (Voltarei a esse tema na última parte da presente exposição.)

Na realidade cubana, Aimée Bolaños chama a atenção para o fenômeno de autoras da diáspora que, tendo emigrado em tenra idade (algumas com poucos anos de vida), produzem uma literatura em espanhol ou em inglês, profundamente enraizada na cultura cubana que vivenciaram muitas vezes apenas através de relatos da família ou de leituras. A crítica vai interrogar-se sobre o modo de inscrição dessa poesia diaspórica na cultura cubana. Como estudá-las: seguir a pista de Edward Said e identificar essas poetisas migrantes como figuras transnacionais que constituem uma categoria universal? Com base em E. Said e S. Hall, mas com uma visada autônoma, Aimée Bolaños interpreta a estética diaspórica como não sendo nem de retorno, nem de redescobrimto ou restauração, mas de produção cultural. “Pátria, tradição, cultura matriz não estão apagadas. Juntamente com a memória realista e mitologizante, patente na recorrência da paisagem e da sociedade insulares, a língua, a infância, a família, as releituras da cultura e a filiação literária, aparecem outras formas de representação expressivas da consumação do luto pela perda do lugar originário, entre outras” (2007, p. 16). É o que ela denomina de “fulgor sem fronteiras da criação, onde sobressaem sentidos da escrita que pode se conceber a partir do autoconhecimento e da recriação identitária, como uma experiência do pensamento reflexivo” (p.17).

Conclui afirmando que a idéia de nação e de mulher na historiografia moderna não encaixam nesta poética, nem na convencional literatura cubana do exílio. Assumindo a errância, as poetisas ensaiam outros acessos ao conhecimento do mundo.

Vemos, portanto, que, em tempos de pós-modernidade, com as crescentes formas da mobilidade, sejam elas espaciais, temporais, discursivas, ligüísticas, etc, as pertenças identitárias se complexificam.

2. **L'esprit migrateur**

Ouellet, em *L'esprit migrateur* (2005), nos lembra que é cada vez menor a estabilidade entre os indivíduos os quais estão em constante deslocamento, sentindo-se “desalojados” em toda parte. O ponto de partida de sua reflexão é o movimento, como nova condição de nosso imaginário. Os deslocamentos podem ser a chance inesperada de uma nova definição do homem que não se reconhece mais no **território** que ocupa, mas no **espaço-tempo** que ele libera pela palavra e pelas imagens, fora das fronteiras, em zonas francas da imaginação.

Desenvolve o conceito de **Migrância** que não é apenas geo-cultural, ligado ao deslocamento do escritor migrante, deslocamento de um território a outro. É sobretudo um deslocamento de natureza ontológica e simbólica: deslocamento do sentido e do ser na experiência da alteridade.

E acrescenta: mesmo os escritores que não são propriamente migrantes podem viver esta experiência de exílio vivida no coração da língua e nas profundezas da sensibilidade. Pelo movimento migratório, nos emancipamos de nossa origem ou de nossa identidade primeira, numa espécie de translação de si ao outro.

Apenas a título de ilustração, lembremo-nos do exemplo que nos oferece Z. Bauman - em *Identidade* (2005) - quando menciona a dificuldade que teve, ao ser indicado para um prêmio em sua terra natal a Polônia. Perguntaram-lhe que hino deveriam tocar, o da Polônia ou o da Inglaterra, país que o acolheu e onde trabalha há mais de duas décadas. Diante de sua hesitação, quem encontrou solução para essa situação embaraçosa foi sua mulher ao sugerir que entoassem o hino da comunidade

européia, preferindo, portando, desvinciliar-se de uma impossível vinculação nacional, optando por uma pertença mais ampla e difusa.

3. Por uma literatura global: vantagens e riscos

Mencionamos acima que a apelação de escritores “francófonos” é fato constrangedor para muitos autores do Quebec, do Mahgreb¹ e de inúmeros países de língua francesa da África sub-saariana. Muitos deles vêm nesse gesto um ato do imperialismo francês. O fator desencadeador da crise foi o fato de, em 2005, todos os ganhadores dos principais prêmios literários franceses terem sido autores “francófonos”, como Nancy Huston, por exemplo (Prix Femina), etc. Assim os autores que escrevem em francês, na França ou no exterior, não hexagonais, reuniram-se em um colóquio na Bretanha onde assinaram um documento que ficou conhecido como Manifesto por uma literatura-global (em francês: *Pour une littérature-monde*). Em 2007, os cerca de quarenta autores signatários do referido manifesto (entre os quais figuram Nancy Huston, Tahar Ben Jelloun, Dany Laferrière, Maryse Condé, Édouard Gissant, Jacques Godbout, entre outros), lançaram um volume coletivo intitulado *Pour une littérature-monde* (Gallimard, 2007, 340 p.) onde procuram definir o que seria essa literatura-mundo ou literatura-global:

“littérature-monde retrouve son ambition de dire le monde, de donner un sens à l’existence, d’interroger l’humaine condition, de reconduire chacun au plus secret de lui-même”. (p. 41) “Littérature-monde pour dire le télescopage, dans le creuset des mégapoles modernes, de cultures multiples et l’efantement d’un nouveau monde”.

¹ O **Mahgreb**, bloco que agrega os países da África do Norte, do Saara e do Oeste do Nilo (Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia).

Como fica a literatura francesa diante desta aventura? Hoje a estratégia é, abolidas as barreiras da “francofonia”, a de inaugurar um novo diálogo. O que, enfim, querem os escritores que, através do mundo, escrevem em francês? Segundo um dos organizadores do coletivo, Michel Le Bris, esse movimento decreta “o fim da francofonia, se definimos por esse termo, um espaço sobre o qual a França, mãe das artes, depositária do universal (vejam só quanta ironia!), dispensaria suas luzes. Fim desta francofonia e nascimento de uma literatura-global em francês.” (2007, p. 45)

Ao criarem esse novo termo, seus proponentes não pretendem promover nenhuma forma de imperialismo lingüístico, mas **liberar a língua de seu pacto com a nação.**

Michel Le Bris, no capítulo introdutório ao volume coletivo, lembra o fato dos escritores de língua inglesa oriundos de diferentes países como a Índia, a Jamaica, a Austrália etc. não receberem uma apelação generalizante, como anglófonos, por exemplo. Na Inglaterra, as publicações em inglês de pasquitaneses, indianos, jamaicanos, australianos, entre outros, constituem um corpus mestiço onde há grandes misturas culturais e étnicas. O argumento de Le Bris vai no sentido de mostrar que, embora alguns tenham nascido na própria Inglaterra, sua escritura manifesta o estar entre dois mundos. Tudo isto evoca a dificuldade de se atrelar hoje uma literatura a uma nacionalidade ou até mesmo a uma única identidade. Esses escritores não se sentem confortáveis em serem colocados sob uma etiqueta de “escritores da Commonwealth” (comunidade britânica), uma espécie de anexo da literatura inglesa. “As obras de tais escritores traduzem o mundo de hoje, com seus ritmos e suas energias. Trânsfugas, emigrados, nômades, nascidos em uma cultura que foram obrigados a deixar por razões diversas para viver em outra, sua escrita revela o dilaceramento entre duas comunidades”. Salman Rushdie fala de homens traduzidos: “bastardos internacionais, nascidos em um

lugar, tendo decidido viver em outro, passam a vida inteira tentando reencontrar sua pátria ou construí-la” (p. 35).

S. Rushdie, em *Pátrias imaginárias*, reivindica o caráter de escritor internacional, com a possibilidade de assumir, como seus ancestrais intelectuais, huguenotes, irlandeses ou judeus... “Nossa identidade é ao mesmo tempo plural e parcial. Temos a sensação de estar sentados sobre duas cadeiras, a cavalo sobre duas culturas”.

O que se vê cada vez mais em diferentes literaturas são processos de hibridação múltiplos. Isto dá origem ao nascimento de *uma littérature-monde* (globalizada, mas no bom sentido, com eliminação de fronteiras culturais, com escritores de diferentes etnias que elegeram livremente seus “modelos” ou “ancestrais” em autores de abrangência universal).

Conclusões

Na presente comunicação, problematizamos questões relacionadas à pertença a um território e a uma cultura e ao compartilhar de uma identidade nacional, procurando chamar a atenção para os fenômenos contemporâneos de deslocamentos, percursos, diásporas e migrâncias, com suas diversas estratégias de mobilidade.

Procuramos demonstrar que, em muitos contextos, tornou-se problemático pensar em termos de identidades nacionais, culturais e literárias. Propostas como as dos signatários do manifesto *Littérature-monde* (literatura global) constituem-se em tentativas de, aceitando a mestiçagem generalizada das culturas, implodir apelações que circunscrevem a realidade a um único quadro de referências, no caso, a francofonia. Para além da língua, querem ser reconhecidos como pertencentes a uma cultura hibridizada, que se situa em um *carrefour* cultural, necessariamente ambivalente. Cremos, contudo, que a referida apelação – literatura global - resolve apenas parcialmente a questão, pois é

ilusório acreditar que os escritores deixarão de reivindicar identidades ou pertencas específicas, em nome dessa tentativa de recriar um certo ideal iluminista e universalizante.

O conceito de identidade nacional homogêneo entra em crise a partir do momento em que diferentes minorias (ou majorias em posição minoritária no interior de determinadas sociedades) passam a ocupar seus espaços, a assumir seus lugares de fala (*locus enunciativo*) e a reivindicar identidades específicas, como as mulheres, os negros, os gays, os estrangeiros, os imigrantes, etc. Essa fragmentação do sujeito põe em xeque os conceitos homogêneos de identidade e de literatura nacionais. Será a partir do momento em que passamos a perceber o outro em sua diversidade, em que passamos a repensar a identidade a partir da alteridade, que começamos a questionar conceitos tais como os de identidade e literatura nacionais. Quando se começa a pensar o identitário juntamente com a alteridade, aceita-se a “manifestação da natureza essencialmente heterogênea da existência”, como afirma P. Ouellet em *Quel autre? L’altérité en question* (2007).

Nesse excelente volume coletivo, que contém a síntese de cinco anos de pesquisa do grupo *Le Soi et l’autre* (Celat, Montreal), Pierre Ouellet assina um longo artigo sobre o “princípio da alteridade”, onde sustenta a tese de que a experiência radical da alteridade questiona nossa pertença social:

“il faut aujourd’hui faire l’effort d’imaginer une communauté fondée non plus sur un principe d’identité mais sur l’expérience même de l’altérité la plus radicale, qui met en cause jusqu’à notre appartenance sociale et notre ancrage dans une histoire commune” (2007, p.26).

Seguindo esta trilha seminal de pensamento sobre a alteridade, expresso por Ouellet em *Quel autre? L'altérité en question*, chega-se ao entendimento de que é preferível hoje pensar as comunidades (ou a gênese dos laços sociais), não como modo de pertença identitária a uma mesma origem ou filiação, seja ela familiar ou nacional, étnica ou lingüística, cultural ou religiosa, mas em termos de partilha de uma memória, de uma imaginação, de uma sensibilidade ou de uma percepção que não pertencem unicamente a comunidades, mas que foram adotadas ou apropriadas por seus artistas e escritores (p. 34).

A necessidade maior parece ser agora, a construção de identidades que têm por base a inclusão (étnica, de gênero, de culturas e grupos que ficaram à margem dos sistemas oficiais), reivindicando uma visibilidade ocultada nos projetos de identidade nacional e literária dos séculos XIX até a metade do XX. O outro, excluído e minorizado, deixa de ocupar a posição marginal e periférica, refazendo cartografias identitárias até então vigentes, pondo em xeque os conceitos de identidade nacional e literária e exigindo que essas categorias sejam revistas.

Bibliografia:

ALENCAR, J. de. Os sonhos d'ouro. In *Sonhos d'Ouro*. São Paulo: Ática, 1981. P. 158-160.

ANDRÈS, B. & BERND, Z., orgs. *Le littéraire et l'identitaire dans les Amériques*. Québec: Nota Bene, 1999.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERND, Z. *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: editora da UFRGS e Tomo editorial, 2007.

BOLAÑOS, Aimée. *Un fulgor sin fronteras*. Texto apresentado durante estágio pós-doutoral realizado em 2007 na UFRGS sob minha supervisão. Constitui capítulo de livro que será editado em Buenos Aires em 2008.

GUMBRECHT, H. U. Minimizar identidades. IN JOBIM, J.L., org. *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. P. 115-124.

JOBIM, J.L. Identidade nacional e outras identidades. In JOBIM, J.L. & PELOSO, S., orgs. *Identidade e literatura*. Rio de Janeiro: UERJ e Sapienza, Universidade de Roma, 2006. P. 187-204.

LAPLANTINE, F. & NOUSS, A. *A mestiçagem*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d. Col Biblioteca básica de ciência e cultura, n. 124.

OUELLET, P. *L'esprit migrateur; essai sur le non-sens commun*. Montréal: VLB, 2005. Collection le soi et l'autre.

..... Le principe d'altérité. In OUELLET, P. & HAREL, S., orgs. *Quel autre? L'altérité en question*. Montréal: VLB, 2007. p. 7-43. Collection Le soi et l'autre.

ROUAUD, J. & LE BRIS, M., orgs. *Pour une littérature monde*. Paris: Gallimard, 2007.